

A cultura estratégica do Brasil aplicada ao Haiti como estudo de caso: uma breve interpretação


The strategic culture of Brazil applied to Haiti as a case study: a brief interpretation.


Resumo: Ao longo de sua história, a República do Haiti foi palco de constante instabilidade institucional, conviveu com corrupção, agudos problemas sociais, epidemias, terremotos, golpes, e uma conjuntura desfavorável que impediu seu desenvolvimento, sobretudo na perspectiva de direitos humanos. Em decorrência da instabilidade no País, em 2004, foi criada a MINUSTAH sob a liderança brasileira, a fim de pacificar o Estado, cujas tropas brasileiras ficaram no Haiti durante treze anos. Em outra perspectiva analítica, mas cujos objetos de estudos convergem a um ponto comum, em 1977, Snyder conceitua cultura estratégica, e a partir desse recorte diversos autores interpretaram e reinterpretaram o conceito. A partir de Snyder e dos demais teóricos que o sucederam, o artigo tem o objetivo de identificar o conjunto de variáveis com as quais as Forças Militares espelharam a *cultura estratégica brasileira* no Haiti. A pesquisa é descritiva, explicativa, bibliográfica e documental. As conclusões direcionam para o fato de que a cultura estratégica dos militares apresentou o seguinte perfil: ofensiva, defensiva, com traços de flexibilidade, humanidade, liderança, entre outros.

Palavras-chave: Japão; conceito operacional; China; 2ª Guerra Mundial; 2ª Guerra Sino-japonesa.

Abstract: Throughout its history, the Republic of Haiti has been the scene of constant institutional instability, it has lived with corruption, acute social problems, epidemics, earthquakes, coups, and an unfavorable situation that has impeded its development, especially from the perspective of human rights. As a result of the instability in the country, in 2004, MINUSTAH was created under Brazilian leadership, in order to pacify the State, whose Brazilian troops stayed in Haiti for thirteen years. In another analytical perspective, but whose objects of study converge to a common point, in 1977, Snyder conceptualizes strategic culture, and from this point of view several authors interpreted and reinterpreted the concept. Based on Snyder and the other theorists who succeeded him, the article aims to identify the set of variables with which the Military Forces mirrored the Brazilian strategic culture in Haiti. The research is descriptive, explanatory, bibliographical and documentary. The conclusions point to the fact that the strategic culture of the military presented the following profile: offensive, defensive, with traces of flexibility, humanity, leadership, among others.

Keywords: strategic culture; Haiti; social situation; operational employment; leadership.

Carlos Alberto Leite 
Universidade Federal Fluminense.
Programa de Pós-Graduação em Estudos
Estratégicos da Defesa e Segurança.
Niterói, RJ, Brasil.
vsml62@hotmail.com

Alexandra Sarmiento Mitre 
Pesquisadora Independente.
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
vicksarmiento21@gmail.com

Recebido: 31 mar. 2022

Aprovado: 15 dez. 2022

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



1 INTRODUÇÃO

A República do Haiti, doravante Haiti, teve uma fase de insurgência durante a presidência de Jean – Bertrand Aristide, cujo início se deu com sua vitória nas eleições do ano de 2001, culminando com sua deposição em 2004.

Com o escopo de restabelecer a ordem no Haiti, as Nações Unidas, por meio do Conselho de Segurança das Nações Unidas, criaram, em 2004, uma missão de paz: a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), em consequência, foram enviadas tropas militares e policiais de vários Estados, com a participação de forças brasileiras cuja liderança da missão coube ao Brasil. Após treze anos a missão se encerrou em 2017 (SILVA; PAULA, 2017).

A participação brasileira no Haiti vai ao encontro da edição da Estratégia Nacional de Defesa (END) de 2008, pois as Forças Singulares deverão estar em condições de atuar, de forma singular ou conjunta, em operações internacionais, em caráter expedicionário, de operações de paz ou de ajuda humanitária, a atender a compromissos assumidos pelo País, em particular o Exército Brasileiro (EB) deverá ter igualmente a capacidade de projetor poder a atuar no contexto dessas operações sob o mandato de organismos multilaterais (BRASIL, 2008, passim).

O *United Nations Department of Peacekeeping Operations* (DPKO) editou, em dezembro de 2003, o Guia para Operações de Manutenção da Paz Multidimensionais¹ (Guia), em função da necessidade de as operações de manutenção da paz das Nações Unidas terem que se adaptar a novos desafios, cujo documento é basilar aos que participam de uma operação de manutenção da paz multidimensional, onde se enfatiza uma demanda crescente de missões de paz no formato multidimensional, em que atuam os seguintes componentes: o militar; o policial; assuntos civis; rule of law; direitos humanos; questões humanitárias; reconstrução do país, entre outros (FAGANELLO, 2013), portanto, o referido Guia foi elemento nuclear da multidimensionalidade tático – operacional do emprego das Forças brasileiras na pacificação do Haiti.

Destacam-se duas importantes normativas: o Relatório Brahimi – primeiro documento recomendativo – que ponderou a relevância, no contexto de uma operação de manutenção da paz, da observância dos princípios da *holly trinity*²: o *consentimento*, a *imparcialidade* e o *mínimo uso da força*. Este diz respeito ao planejamento e execução meticolosos das regras de engajamento no sentido de proteger civis e o pessoal envolvido na missão e na ajuda humanitária.

O segundo – a Doutrina Capstone – complementa o Relatório Brahimi na ótica dos direitos humanos na medida em que realça a necessidade de os mandatos serem concebidos sob a perspectiva do Direito Internacional dos Direitos Humanos, notadamente a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. De mais a mais, prioriza a integração dos programas de direitos

1 Handbook on United Nations Multidimensional Peacekeeping Operations. Posteriormente, em 2015, o MD editou o Manual de Operações de Pacificação em que positiva a Doutrina de Operações de Pacificação visando a orientar as atividades e o emprego dos elementos da Força “em operações singulares, conjuntas, combinadas e/ou multinacionais necessárias à cooperação ou coordenação militar com as agências civis, em ambiente interagências” (BRASIL, 2015, p. 1-2).

2 A expressão cunhada por Alex Bellamy e Paul Williams a designar os três princípios básicos, interdependentes e imprescindíveis a uma operação de manutenção da paz decorrentes da experiência da UNEF I. Cf. Bellamy; Williams (2010) e Uziel (2010).

humanos durante a missão e o desempenho de atividades prematuras de *peacebuilding* que aspiram à reestruturação socioeconômica do país, desse modo, ao demarcar o *core business das peacekeeping operations* multidimensionais das Nações Unidas, a Doutrina internaliza os direitos humanos, como operações de segurança, DDR (Desarmamento, Desmobilização e Reintegração), *rule of law*, implementação de *quick impact projects* e a assistência humanitária (FAGANELLO, 2013).

Para o General do Exército Brasileiro Floriano Peixoto, as missões de paz têm uma fundamental finalidade, pois proporcionam solidariedade regional ao país que a desempenha, assim sendo, esse papel coube ao Brasil com o fito de restaurar a estrutura político-social do Haiti (VIEIRA NETO, 2017), por outro lado, o emprego de tropas brasileiras propiciou agregação de experiências profissionais e pessoais, de modo a impactar positivamente a imagem de o aparato militar brasileiro (FONTOURA; UZIEL, 2017).

O artigo tem o objetivo de identificar as variáveis da cultura estratégica – valores, crenças, atitudes, comportamento –, enfim, o DNA cultural dos militares brasileiros no Haiti.

Portanto, o presente artigo se debruçará sobre os seguintes eixos de compreensão: conceitos básicos da cultura estratégica, antecedentes político – sociais do Haiti, emprego operacional das FA brasileiras, por último, considerações finais do autor, com a ressalva de que o artigo se inicia pelo entendimento de cultura estratégica no sentido de propiciar uma visão ampla do conceito, a fim de ser aplicado à luz da participação das forças federais de segurança do Brasil fora da territorialidade brasileira, bem como há de ter – se o entendimento de que a produção acadêmica e doutrinária sobre o Haiti, esta a cargo dos pesquisadores militares, *experts* em estudos militares, é muita densa e rica, *ipso facto*, inviável de esgotarem – se as reflexões no espaço aqui destinado, mas que servirá de motivação a outras pesquisas.

2 CONCEITOS BÁSICOS DA CULTURA ESTRATÉGICA

O conceito de cultura estratégica foi internalizado por Snyder (1977), na corrente dos estudos estratégicos, em que representa a soma total de ideias, respostas emocionais condicionadas e padrões de comportamento comum que os integrantes de uma *comunidade estratégica nacional* absorvem por meio de instrução e compartilham em relação à *estratégia nuclear*.

A formulação teórica Snyderiana partiu de o tensionamento entre as duas potências nucleares da época no contexto da guerra fria: os Estados Unidos da América (EUA) e a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), entretantes, posteriormente, o conceito inicial que Snyder formulou foi alargado pelos demais pensadores que se debruçaram sobre a temática.

Nesse rumo, a cultura estratégica de um Estado é produto de sua história, geografia e cultura política, e representa a incorporação de atitudes e padrões de comportamento das vozes mais influentes – as lideranças política, militar e / ou opinião pública (BOOTH, 1990). Nesse contexto, a cultura política corresponde ao conjunto de crenças e sentimentos, além das variáveis atitudinais, que fomentam ordem e significado a um processo político, clareando as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores (ALMOND; VERBA, 1963),

mas que também resulta de suposições que enquadram suas escolhas sobre o comportamento militar internacional, em particular as relativas às decisões de ir para a guerra, a natureza de guerrear, ou seja, adotam – se opções *ofensivas, expansionistas ou defensivas*, com um grau de aceitação de óbitos em tempo de guerra (ROSEN, 1995 apud LANTIS; HOWLETT, 2007).

Nessa construção teórica, essa cultura se ancora em comportamentos que advêm de experiências comuns e das narrativas que modelam a identidade coletiva e as relações com outros povos, cujos comportamentos determinam os fins apropriados para se atingirem os objetivos de segurança colimados (JOHNSTON, 1995 apud SCOBELL, 2004), portanto, a cultura de um povo se liga diretamente com a sua identidade – o conjunto de significados que os atores atribuem a si próprios em relação aos outros (JOHNSTON, 1995).

Black (2012) ratifica as visões de Booth, Almond e Verba, mas entende que o conjunto de variáveis que conformam a cultura estratégica exerce influência sobre a política de poder de um país, de igual modo, Gray (2013) pondera que essa cultura tem como sustentáculos fatores de: *primeira ordem* – a geografia e a experiência histórica – ; *segunda ordem* – os conceitos, os recursos empregados e os comportamentos (*costumes*) – ; e os de *terceira ordem* – os impactos sociais, políticos, econômicos, tecnológicos e militares.

Nessa convergência conceitual, a *cultura estratégica* é o somatório de ideias, respostas emocionais condicionadas, padrões de comportamento comum, atitudes, crenças e sentimentos que os militares do Exército Brasileiro evidenciaram no Haiti, mercê do seu Preparo profissional no Brasil adquirido nas instituições de ensino militares e no constante adestramento diário.

De mais a mais, considerar-se-á também a visão de cultura estratégica sob a perspectiva de Rosen (1995 apud LANTIS; HOWLETT, 2007), isto é, o momento em que as forças materiais positivadas no artigo 142 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) adotaram uma postura *ofensiva e/ou defensivas*, mesmo com um grau de aceitabilidade de óbitos durante as operações militares.

3 BREVES ANTECEDENTES POLÍTICO – SOCIAIS DO HAITI

O Haiti foi uma das primeiras regiões conquistadas e colonizadas na era moderna pela *cultura eurocêntrica*, convivendo com o genocídio e o etnocídio das populações autóctones, e após o extermínio destas se implantou a escravização dos africanos em meio a epidemias, subalimentação, massacres e maus – tratos, destruição do meio ambiente e o conjunto de problemas sociais advindos, inclusive, de deportações maciças (GRUZINSKI, 1999).

Nesse contexto de instabilidade, o País recebeu os esforços de estabilização das Nações Unidas em 1993 com vistas à estruturação das instituições democráticas do Estado. Assim, efetivou – se o mandato da UNMIH (Missão das Nações Unidas no Haiti) visando ao retorno do país à normalidade constitucional, suspensa desde o golpe, em 1991, quando houve a *quartelada* que destituiu Jean – Baptiste Aristide e ergueu Raoul Cédras ao poder. A missão da ONU e a pressão do embargo à época do governo Clinton (EUA), com aquiescência da Organização dos Estados Americanos (OEA), determinaram que Cédras assinasse o acordo *Governors Island*, admitindo a volta de Aristide ao governo (MORREL, 1993).

Mas, em fevereiro de 2004, o então presidente Aristide:

fugiu do país para o exílio em meio a protestos de rua em massa e uma rebelião armada contra seu governo cada vez mais despótico. Ele deixou para trás uma *nação devastada por guerras políticas e crises ambientais*, com um tesouro praticamente esvaziado por *anos de corrupção e roubo* (DEIBERT, 2017, n. p., grifo nosso).

Em consequência desse quadro constante de anormalidade, para Lucena (2013), a sociedade haitiana é refém de duas variáveis que são indutoras de instabilidade política no país: a segregação social e a dependência econômica persistente na estrutura social, resquício de uma herança colonial, nesse sentido: “Na triste condição de país mais pobre do Novo Mundo – único a integrar a lista dos países menos avançados (PMA), segundo critérios das agências das Nações Unidas – *o Haiti apresenta dilemas de imensa complexidade*” (SEITENFUS, 2008, p. 51, grifo nosso), de mais a mais, como se não bastasse o quadro de pobreza, o país ficou vulnerável aos interesses exógenos, mercê de sua posição estratégica para o comércio, sofrendo com rotineiras trocas de presidentes por meio de golpes militares e eleições caóticas (MENDONÇA, 2017).

Assim sendo, dado esse caos social, cria-se a MINUSTAH pela Resolução 1. 542 de 30 de setembro de 2004 (NACIONES UNIDAS, 2004a), com vistas a substituir a força multinacional de emergência, positivada pela Resolução 1. 549 de 17 de junho de 2004 (NACIONES UNIDAS, 2004b), ambas do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com vistas a garantir a estabilidade durante a vacância de poder no Haiti em função da saída de Jean – Bertrand Aristide.

A Resolução 1. 542 teve o objetivo de impor a paz³, desde que respeitados os princípios da soberania, independência, integridade territorial e unidade, por sua vez, a Resolução 1. 549 menciona a Libéria e os aspectos propagadores de violência provocados pela presença de mercenários, proliferação e tráfico de armas e de elementos minerais, vegetais e ‘humanos’, bem como de atores não estatais, posto que se trata de elemento nuclear convergente para emprego transversal e multidisciplinar de forças.

Ipsa facto, ab ovo, essa é a conjuntura com a qual as forças militares brasileiras se depararam no Haiti.

4 EMPREGO OPERACIONAL DAS FA BRASILEIRAS

Inicialmente, com a instituição da MINUSTAH assumiu o Comando das Forças de Paz o General Augusto Heleno Ribeiro Pereira do Exército Brasileiro. O 1º Contingente teve o efetivo de 1.200 homens e na participação brasileira durante os 13 anos de presença no Haiti 11 (onze) oficiais – generais brasileiros comandaram as tropas. Desses, 04 chegaram ao topo da carreira: os Generais Heleno, Elito, Ramos e Leal Pujol, este, antigo comandante do EB (BRASIL, 2017).

3 No item 7 da Resolução o CSNU estabelece o mandato a ser executado pelos integrantes da MINUSTAH, justificando sua decisão à luz do Capítulo VII da Carta da ONU. Ver Naciones Unidas (2004a, p. 2).

Segundo Vieira Neto, muitos especialistas dedicam-se ao estudo das fases da experiência brasileira no Haiti, e conforme os diversos momentos da realidade nacional há o seguinte escalonamento:

(i) 2004/2005: ambientação, engajamento inicial e reordenamento da estrutura operacional e treinamento; (ii) 2005/2007: pacificação; (iii) 2007/2009: consolidação da pacificação; (iv) 2009/2010: terremoto; e (v) 2010/2017: recuperação pós-terremoto e retorno do país à normalidade (VIEIRA NETO, 2017, p. 16, grifo nosso).

O período de 2004 a 2007 se caracterizou por uma intensa atividade de *gangs* no Haiti, que ameaçou o sucesso da estabilização do Haiti e da missão da ONU. A força dessas *gangs* e suas interconexões com a estrutura política, mormente em Cité Soleil, alavancaram impactos na estrutura sócio – econômica e na rotina da população haitiana, culminando no emprego *hard power* das tropas da MINUSTAH *vis-à-vis* aos grupos armados (BRASIL, 2017): aqui se manifesta o viés *ofensivo* da cultura estratégica.

No caso particular da Pacificação de Bel Air, Cité Militaire e Cité Soleil, houve as seguintes ações: prisão dos líderes de gangues; apreensão de grandes quantidades de armas, munições e drogas; conquista da confiança da população; criação de ambiente favorável a atividades de agências humanitárias e de ONG; retorno *pari passu* dos serviços públicos essenciais e das atividades comerciais e da vida rotineira; e posse do Presidente Jovenel Moise em 7 de fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017).

Assim sendo, pode-se considerar que o *hard power* – ou *emprego ofensivo da cultura estratégica de matiz ofensiva* (ROSEN, 1995 apud LANTIS; HOWLETT, 2007) – se caracterizou até a 2ª fase (2005 – 2007), quando efetivamente as forças operaram, predominantemente, sob o Capítulo 7 da ONU, a fim de pacificar *manu militari* o caos reinante na região conflagrada.

De mais a mais, não existem dúvidas de que

Ao aderir ao conjunto de ações e medidas do CSNU com relação ao Haiti em 2004, o Governo brasileiro legitima em sua política externa o uso da força para solução de crise político-institucional em um país – membro das Nações Unidas (PINHEIRO, 2015, p. 91, grifo nosso).

Com esse olhar, atesta-se o *hard power*, uma face da cultura estratégica conduzida no Haiti: a de caráter ofensivo.

Por outro lado, a partir da 3ª fase (consolidação da pacificação), a cultura estratégica se revelou, predominantemente, em uma *composição defensiva, soft power*, mormente quando se deu o trabalho intenso de recuperação das estruturas haitianas em face de o terremoto.

Nesse particular, em ambos os casos, para aplicação do conceito de cultura estratégica dado por Rosen, Lanttis e Howlett, no que toca ao Emprego doutrinário das tropas brasileiras no Haiti, os termos guerra e conflito equivalem-se na medida em que, em um ou em outro caso, houve confrontos entre as forças estatais do Estado brasileiro e as *gangs* haitianas cuja dinâmica comum que as envolveu foi o emprego tático de armas de guerras, que ceifou vidas, portanto,

pode-se considerar que efetivamente o emprego de o aparato militar clausewitziano brasileiro naquele País se deu à luz do pensamento desses autores.

A opção do Brasil pela *via pacífica de conflitos* demarca o perfil do país por intermédio do pensamento doutrinário convergente com o fato de que a manutenção da paz, proteção dos Direitos Humanos e construção de soluções negociadas para problemas comuns são o modo mais efetivo de aproximar Estados e resolver problemas pela via multilateral (SÁ, 2015), de mais a mais, a atuação externa nacional, com instrumentalidade grociana, aproxima-se das normas internacionais, notadamente o Direito Internacional, com os princípios democráticos e com a *resolução que privilegia o diálogo a fim de evitar o conflito* (FAÇANHA, 2017), portanto, visualiza-se a *conformação defensiva* da cultura estratégica.

Ademais, a política externa nacional é típica de potência emergente, excludente às grandes decisões mundiais, entretantes, adota as seguintes estratégias: agir por meio de instituições multilaterais; apoiar o arcabouço internacional; e manter a “boa cidadania” nas relações internacionais, *priorizando a cooperação* e aspirando ao enfraquecimento da ação isolada das grandes potências (KENKEL, 2010), como corolário, ratifica-se a *natureza defensiva* da cultura estratégica à medida que prioriza a cooperação e o apreço pelo multilateralismo em detrimento de confrontos.

De mais a mais, a motivação brasileira no emprego das operações de paz visa, entre outros objetivos, a “demonstrar *capacidade de mobilização*” (UZIEL, 2009 apud KENKEL, 2011, p. 29, grifo nosso).

Ipsa facto, consagra-se a nítida predominância de o emprego da Força brasileira em uma modelagem de uma *cultura estratégica defensiva* à proporção que aspira à “resolução pacífica de conflitos”, convergente com o artigo 4º, VI, da Carta Política (BRASIL, 1988), de modo a priorizar o “espaço cooperativo”, nessa toada, mantém, por similitude, uma aproximação com o inciso IX do próprio artigo: “*cooperação entre os povos para o progresso da humanidade*”. Na esteira dessa exegese, identifica-se a *flexibilidade*, manifestada pela *capacidade de mobilização* a emprego em um cenário atípico das Forças brasileiras, pois, pela primeira vez, em uma missão de paz, a cargo da ONU, foram empregadas fora da tradição do Capítulo 6.

O processo decisório *interna corporis* com vistas a que o EB integrasse a MINUSTAH teve lastro na *prestação de solidariedade* a um país da zona de influência geopolítica brasileira e no aumento da participação multilateral do Brasil, mormente na *aceitação de a comunidade internacional delegar aos militares brasileiros a liderança da Força militar da Missão* (NASSER, 2012).

Em consequência, o emprego de tropas brasileiras revelou os seguintes indicadores da cultura estratégica: a *solidariedade, a confiabilidade e o respeito*, pois a comunidade internacional delegou a liderança ao Brasil de todas as forças dos respectivos países que se encontravam no Haiti.

Semelhantemente, os fatores cruciais para o sucesso de a Força Militar brasileira foram: a *adaptabilidade vis – à – vis* o caos provocado pelo terremoto, a *capacidade de iniciativa* dos oficiais à frente das ações e o *treinamento intenso*, de modo a conquistaram o respeito e a admiração das tropas militares de outros Estados e dos civis das ONG (PINHEIRO, 2015).

Sendo assim, destacam-se traços da *cultura estratégica*: adaptabilidade, iniciativa, alto grau de profissionalismo, porquanto do eficaz Preparo da Força Armada no dia a dia de suas tarefas constitucionais no Brasil, impactando reconhecimento exógeno.

Para Braga⁴ (2017), as seguintes missões couberam à Força brasileira, entre outras, à luz do Quadro abaixo, sob a perspectiva da *cultura estratégica*:

Quadro 1 – Missões *versus* cultura estratégica (Defensiva x Ofensiva)

MISSÕES	DEFENSIVA	OFENSIVA
1. Patrulhas diurnas e noturnas (a pé, motorizadas e mecanizadas).	----	X
2. Escoltas e segurança de comboios de ajuda humanitária.	X	----
3. Proteção de autoridades.	X	----
4. Segurança de grandes eventos (jogo de futebol entre Brasil e Haiti).	X	----
5. Pontos de bloqueio, pontos fortes e pontos de controle.	----	X
6. Controle, acompanhamento e proteção de manifestações populares.	X	----
7. Negociação a evitar conflitos entre grupos rebeldes.	X	----
8. Ajuda humanitária (em face de incêndios e enchentes).	X	----
9. Operações militares contra gangues armadas.	----	X

Fonte: Os Autores com base em Braga (2017).

No caso da MISSÃO 1, Braga (2017, p. 39, grifo nosso) confirma: “em todas as cidades, as patrulhas fizeram parte da rotina de todos os contingentes. *Somente até abril de 2005, mais de oito mil patrulhas já haviam sido realizadas* pela Força Militar da MINUSTAH”, portanto, indiscutível a exegese de que se caracterizou, predominantemente, o emprego de uma *modelagem ofensiva da cultura estratégica* na medida em que, até abril 2005, as tropas operavam no início da fase de pacificação, conforme o faseamento apresentado por Vieira anteriormente, à luz de uma lógica do Capítulo 7, portanto, de guerra, ademais, na operação militar de uma patrulha, principalmente à noite, o combate armado é sempre iminente.

A MISSÃO 5 caracterizou ações táticas de cunho, prioritariamente, *ofensivo*, dada a possibilidade iminente de contato via trocas de tiro com as gangues na defesa desses *pontos táticos* que definem a missão, portanto, identifica-se pontualmente a *cultura estratégica de parâmetro ofensivo*.

4 Ver Braga (2017, p. 39). O autor, à época, era Contra-Almirante (FN) Carlos Chagas Vianna Braga.

No caso específico da MISSÃO 9 – *Operações militares contra gangues armadas* –, a *cultura estratégica* se pautou essencialmente pelo *caráter ofensivo* nos três primeiros anos em que o Brasil recorreu ao uso da força visando a assegurar o cumprimento da missão e à credibilidade na sua atuação (BRAGA, 2017), *embora não tenha ocorrido nenhuma morte em combate com as gangs* (MENDONÇA, 2017), fato que atesta o alto nível de aprestamento profissional das tropas brasileiras.

Por seu turno, as demais MISSÕES têm uma *textura defensiva* no que se refere à caracterização de sua cultura estratégica, mas de qualquer modo, dada a possibilidade de fogo inimigo, de um *contexto defensivo* as tropas passariam de imediato a uma *dinâmica (cultura) ofensiva*.

Em especial o item 8 – *Ajuda humanitária* (em face de incêndios e enchentes) – está centrado em uma *dinâmica defensiva* à proporção que não houve a possibilidade de confrontos armados, haja vista a natureza caótica em que se encontrava a população atingida por esses eventos, ademais, no BRABAT 1 do 12º contingente brasileiro, a ONG World Vision e o WFP realizaram a maior operação de ajuda humanitária no Haiti.

Para Rasquini e D'Oliveira (2017), no que se refere à *ajuda humanitária* (item 8), no esforço de manter a paz, enquanto as vítimas eram socorridas das catástrofes, as decisões se alteraram na medida em que se passou a dispor de menor contingente na capital e contou-se com a entrega de suprimentos por meio da Força Aérea Brasileira, portanto, identifica-se *in totum* uma *cultura estratégica* assentada na *solidariedade* e alinhada com os direitos humanos, de modo a anular-se o caráter agressivo, ofensivo.

Ipsa facto, infere-se que a *variável solidariedade* converge à existência de uma faceta específica da *cultura estratégica brasileira*, semelhantemente, pode ser identificada com a *dinâmica defensiva de sua cultura estratégica*, haja vista que ela implica adotar uma solução de menor potencial agressivo, ofensivo, que, em certo sentido, integra o perfil do brasileiro.

Na área do BRABAT 1 foram conduzidas, com o apoio da Polícia Nacional do Haiti (PNH) e da Polícia das Nações Unidas (UNPOL), a *Operação BUMERANGUE*, que consistiu de um cerco e vasculhamento e contou com a participação da população, apontando os criminosos na rua, denunciando-os por meio do disque – denúncia, e a *Operação RELÂMPAGO*, com ações de curta duração, com vistas a mostrar a presença dos militares em um local onde ocorreu algum confronto com a população ou entre gangues rivais (BRASIL, 2010), portanto, as ações identificam-se com a MISSÃO 9, realçando, mesmo pontualmente, o *caráter ofensivo da cultura estratégica* brasileira.

Segundo o General André Luís Novaes Miranda do EB⁵, à época, exerceu o controle operacional sobre as tropas do Exército do 3º Contingente do Batalhão Haiti, assim interpretou a participação das Forças Armadas naquele País:

Foi necessário um tempo para que as tropas brasileiras entendessem direito o que era agir sob a égide do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas. O Brasil possuía uma relativa experiência em operações de paz, mas quase sempre atuando sob o Capítulo VI, com exceção do Pelotão de Polícia do Exército desdobrado no Timor - Leste. Nessas missões, a força somente era autorizada para a autodefesa (MIRANDA, 2017, p. 53, grifo nosso).

5 Atualmente, o Gen Ex Novaes é o Comandante Militar do Leste e uma das mais novas e atuantes lideranças do EB.

Nesse contexto, a participação de o aparato militar brasileiro no Haiti produziu uma acentuada quebra de paradigma na medida em que o costume era atuar sob o manto do Capítulo VI da Carta da ONU⁶, no entanto, para Miranda (2017), o amparo advinha do Capítulo VII⁷, no qual se baseava o Mandato da MINUSTAH, fruto da Resolução 1542 do Conselho de Segurança, que concedia às forças militares a incumbência de proporcionar a segurança e a estabilização do país, dentre outras atividades, portanto,

[...] o Batalhão Haiti não teve outro recurso senão usar a força necessária e proporcional para liberar vias bloqueadas pelas forças adversas e agir contra grupos armados que vitimavam civis em sua área de responsabilidade. Também teve que responder, de forma oportuna, a diversas ações armadas realizadas contra suas próprias forças (111 delas registradas nos documentos diários enviados ao comando da MINUSTAH somente no 3º Contingente). Dessa forma, cada vez que as bases desses grupos eram identificadas, as tropas do batalhão, normalmente atuando em conjunto com a PNH, organizavam operações para seu desmantelamento e prisão de bandidos, e empregavam a força adequada e proporcional sempre que havia resistência à progressão de seus grupos. Com o passar do tempo, isso já não era mais necessário e essas pessoas preferiam a fuga ao enfrentamento (MIRANDA, 2017, p. 53, grifo nosso).

Nessa configuração, identifica-se com absoluta clareza a *cultura estratégica brasileira* de viés *ofensivo*, uma cultura de cunho clausewitziano, portanto, em condições de *fazer* a guerra quando necessário, participando de conflito bélico em qualquer grau de agressividade, pois a própria natureza de armamento de guerra implica um grau acentuado de letalidade, ademais, de início as tropas brasileiras sob o mandato da ONU, em face de “diversas ações armadas realizadas contra suas próprias forças”, respondeu ao *fogo inimigo*, de modo a não se intimidar com a conjuntura extremamente hostil naquele País para a população e para as forças militares.

Como corolário, o caráter mais contundente *da dinâmica ofensiva da cultura estratégica* brasileira é o fato de que o Estado brasileiro aceitou as condições impostas pela ONU para a participação das Forças Militares no exterior sob o manto do Capítulo 7 da Carta das Nações Unidas e do Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça:

Artº. 42 Se o Conselho de Segurança considerar que as medidas previstas no Artº. 41⁸ seriam ou demonstraram ser inadequadas, poderá levar a efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. Tal ação poderá compreender demonstrações, bloqueios e outras operações, por parte das forças aéreas, navais ou terrestres dos membros das Nações Unidas (NAÇÕES UNIDAS, [2009], p. 28, grifo nosso).

6 Cf. Carta das Nações Unidas e o Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça. “Solução Pacífica de Controvérsias” (art. 33 a 38).

7 Id. “Ação em Caso de Ameaça à Paz, Rutura da Paz e Ato de Agressão” (art. 39 a 51).

8 O artigo 41 não envolve o emprego de forças armadas (ver p. 28).

Nessa mesma direção, o sucesso da participação brasileira contou com o seguinte diagnóstico, o qual revela várias facetas da cultura estratégica⁹, conforme quadro abaixo:

Quadro 2 – Variáveis versus indicadores

VARIÁVEIS	INDICADORES
1. Identificação étnico – social.	Descendência africana, pobreza, dificuldades do dia a dia, e a manipulação e exploração política.
2. Percepção dos mesmos problemas sociais.	Caos social, favelização, carência, dor. Similaridade com os mesmos problemas de segurança pública: grupos expondo abertamente suas armas; impunidade dos crimes, não solução de crimes, violência exposta e desprezo pela vida humana.
3. Brazilian Soft Power ¹⁰ .	Com o apoio da FIFA, ocorre o chamado Jogo da Paz, em 19 de agosto de 2004, na capital haitiana.
4. Capacidade operacional da tropa.	Preocupação em cumprir suas missões com o mínimo de dano colateral.
5. Participação feminina.	Mais de 200 mulheres compuseram os 26 contingentes.
6. Emprego da massa.	Emprego de efetivos sempre superiores à ameaça, usando como elemento básico de emprego a Subunidade. Concentração de grandes efetivos em uma pequena área.
7. Capacidade de improviso do soldado brasileiro.	Adaptabilidade a situações adversas.

Fonte: Adaptado de Brasil (2017).

A variável *identificação étnica – social* (1), à luz dos indicadores elencados, entre a população haitiana e a tropa brasileira, mormente a que teve sua origem no Rio de Janeiro, alavancou o sucesso das operações militares, porque, substancialmente, integra sutilmente o *caráter defensivo da cultura estratégica* na medida em que há pontos comuns entre os universos de amostragem – o interno, o *Outro* (haitiano), e o externo (brasileiro) –, portanto, com respeito ao princípio da alteridade, de modo a buscar a solução dos conflitos pelo diálogo.

9 O autor do artigo dará uma interpretação do tipo específico de cultura aplicada no Haiti à luz das variáveis e indicadores propostos no quadro.

10 Termo utilizado pela primeira vez pelo Sr Edmund Mullet, em 2012, em um meeting em Nova York. Passou a ser definido pela comunidade internacional a forma pela qual o soldado age em situações críticas frente a população. Denota uma faceta marcante da personalidade do soldado brasileiro: mais dócil e afável do que a de outros países.

A variável *percepção dos mesmos problemas sociais* (2), com base nos indicadores levantados, por outro lado, pautou a *modelagem ofensiva* da cultura estratégica, na medida em que as tropas brasileiras estavam acostumadas ao emprego da Garantia da Lei e da Ordem (GLO) nos morros cariocas, portanto, familiarizadas com a favelização, a violência armada, a topografia, a criminalidade violenta, ou seja, condições idênticas encontradas no Haiti, o que facilitou o emprego militar à luz do Capítulo 7 da ONU.

Nesses contornos interpretativos, as tropas brasileiras foram muito elogiadas, mormente por chefes civis da MINUSTAH, em função da eficiência e facilidade em *comunicar com a população local* e pela opção de *preferência pelas soluções pacíficas* baseadas em informações obtidas pelo contato estreito com a população. Com base na *afinidade de cultura* e experiências pessoais entre as tropas e a população haitiana, os *soldados brasileiros potencialmente oriundos de condições de desenvolvimento similares* têm uma capacidade maior de avaliar dadas situações potencialmente perigosas nas favelas do Haiti do que seus homólogos oriundos de países desenvolvidos que não dispõem de tal experiência (KENKEL, 2010).

De mais a mais, as variáveis 3 e 4, respectivamente, o *Brazilian Soft Power* e a *capacidade operacional da tropa*, escoradas nos seus respectivos indicadores, dão pistas a que se conclua o *viés defensivo* da cultura estratégica, posto que o ‘jogo da paz’, como o próprio nome indica, sugere o diálogo, as relações pacíficas, a busca do diálogo, de modo a desarmar os espíritos belicosos, ademais, semelhantemente, houve uma nítida e latente manifestação por parte das forças militares com vistas a evitar os danos colaterais aos civis nos eventuais confrontos com as gangues locais.

A variável 5 – a *participação feminina* – propicia a mitigação de dinâmicas mais agressivas no contexto da manifestação da cultura estratégica, mormente, em um país sofrido, desgastado por problemas de violência interna, terremotos e outras agruras de caráter sócio, político e cultural, portanto, o emprego da mulher indica a preferência pela *opção defensiva* em detrimento de ações mais agressivas, até porque no contingente feminino não havia combatentes, ou seja, mulheres formadas na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), assim sendo, preparadas à guerra, leia – se: *modelagem ofensiva* da cultura estratégica.

Por outra angulação, a variável 6 – *emprego da massa* – e seu indicador – o *emprego de efetivos sempre superiores à ameaça* – sugerem a possibilidade de uma *dinâmica ofensiva da cultura estratégica*, à medida que seu respectivo indicador aponta para alta probabilidade de choque entre frações, seja pelo emprego do armamento letal e combate corpo a corpo, em face de emprego de efetivos maiores *vis* – à – *vis* o lado oposto.

Finalmente, a variável 7 – *capacidade de improviso do soldado brasileiro* – e o respectivo indicador – *adaptabilidade a situações adversas* – integram a cultura do brasileiro, o que pode conduzir o emprego operacional da força armada para os dois polos dialéticos: ofensivo ou defensivo, dependendo da situação.

De mais a mais, ao perguntar ao Sr Wills Mathias Cherubin, cidadão haitiano, 47 anos, intérprete da ONU junto ao Batalhão brasileiro, a impressão que ele tinha do soldado brasileiro, o mesmo respondeu:

Quando comecei a trabalhar com os brasileiros, aprendi o que é um exército. Já tinha visto, em outros anos, muitos outros militares fazerem coisas ruins. Agora, *posso dizer que o Exército Brasileiro é uma escola que ensina como ajudar ao próximo. Percebi em cada militar brasileiro, um algo mais, uma vontade de fazer mais do que pode. A população colabora com o contingente brasileiro porque sabe que são bem intencionados* (sic). O povo não espera que os militares resolvam os seus problemas, mas espera que os ajudem a viver com dignidade (LESSA, 2007, p. 104, grifo nosso).

O discurso acima expõe uma cultura estratégica de *conformação defensiva*, agregando-se os seguintes componentes da cultura nacional: *colaboração, solidariedade, alteridade, profissionalismo, confiança e respeito*.

A participação de cada contingente e as experiências por eles acumuladas foram fundamentais para o êxito dos contingentes seguintes. Pela peculiaridade de *imposição da paz*, a participação militar na MINUSTAH torna-se uma referência nas participações brasileiras em missões da ONU (LESSA, 2007), ou seja, leia-se: *modelagem ofensiva da cultura estratégica*.

Ao fim e ao cabo, embora haja outro entendimento a esse tipo de emprego militar conduzido pela ONU no Haiti, Dag Hammarskjöld, antigo Secretário-Geral da ONU, considerou as operações de manutenção da paz em um imaginário

Capítulo VI e meio”, uma solução à adoção de medidas dirigidas à *solução pacífica* das controvérsias e a *aplicação de medidas coercitivas*, no entanto, é um tema que produz muitas discussões, portanto, não há, ainda, um entendimento sobre o significativo e o alcance do termo “*operação de manutenção da paz* (FONTOURA, 1999, p. 70-72, grifo nosso).

Nesse viés, identifica – se, *a priori*, que o emprego das Forças brasileiras se deu à luz das visões de Rosen, Lantis e Howlett: opções ofensivas e defensivas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação do Estado brasileiro no Haiti, por meio de suas Forças Armadas, determinou, *grosso modo*, um recorte de sua cultura estratégica, pois o Emprego das Forças vai ao encontro do pensamento de Rosen, Lantis e Howlett, haja vista que o Estado, para o cumprimento da missão imposta pela ONU, decidiu que a *escolha* de empregar suas FA se pautou, inicialmente, em uma *dinâmica ofensiva*, uma vez que a conjuntura no Haiti foi de plena conflagração entre as *gangs* e a população, com o emprego de armamento de guerra, portanto, se vislumbravam combates entre as forças brasileiras e as *gangs* haitianas, especificamente nas duas primeiras fases da missão, a partir da 3ª fase, consolidação da pacificação, *grosso modo*, modificou-se o perfil de atuação, de um estilo ofensivo para uma opção defensiva em termos de caracterização da cultura estratégica, portanto, com a mitigação de menos conflitos bélicos.

Mas também o Emprego Material das Forças representa o pensamento de Booth, posto que as elites – política e militar – aquiesceram à participação brasileira no contexto do Capítulo 7 da ONU.

De resto, incorporam-se a esse quadro os seguintes indicadores da *cultura estratégica* empregada no Haiti: colaboração, solidariedade, alteridade, flexibilidade, capacidade de mobilização, confiança e respeito no soldado brasileiro, mormente a crença na liderança dos comandantes em todos os escalões, em particular os generais, adaptabilidade e capacidade de iniciativa dos oficiais, estas reveladas nas dinâmicas posteriores ao terremoto, treinamento intenso, o que revela eficaz preparo técnico e alto grau de profissionalismo, e humanidade.

Ressalta-se, de mais a mais, que a participação das Forças brasileiras sob a ótica da cultura estratégica, nos modelos ofensivo e defensivo, contou com o respeito ao princípio constitucional da prevalência da dignidade humana, positivado nos principais diplomas internacionais, notadamente na Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 10 de dezembro de 1948, e na Carta Federal brasileira de 1988, em particular o cumprimento do artigo 4º, em que as Forças se pautaram pelos seguintes princípios, entre outros: prevalência dos direitos humanos; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; e cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, em que pese, por mais dialético que possa ser, o Estado ter atuado sob a lupa, inicialmente, do Capítulo 7 do CS/ONU, entretanto, ao sopesar os efeitos colaterais do emprego das tropas na população e o cumprimento da missão delegada pelas Nações Unidas, os haitianos aprovaram o *modus operandi* da cultura estratégica brasileira em solo haitiano, pois as atitudes, valores, moral, ética e sciência – capacidade dos seres de sentir sensações e sentimentos de forma consciente – dos militares brasileiros foram reflexos do excelente preparo e emprego fora de sua territorialidade.

Tourt cout, a manifestação da cultura estratégica das forças militares brasileiras contribuiu para pôr fim às agressões físicas e desumanas sofridas pelo povo haitiano, em face de estar, metaforicamente, aprisionado numa *jaula de ferro*, portanto, permitiu-lhe a opção de uma “ruptura das trancas dessa jaula de ferro para sairmos, irrompermos no exterior, aspirarmos e respirarmos a sensação de liberdade que nos preenche quando assumimos e concretizamos a necessidade de “okupar” o mundo em que vivemos” (HERRERA FLORES, 2009, p. 209, grifo do autor).

REFERÊNCIAS

ALMOND, G.; VERBA, S. **The civic culture**: political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1963.

BELLAMY, A.; WILLIAMS, P.; GRIFFIN, S. **Understanding peacekeeping**. 2. ed. Cambridge, UK: Polity Press, 2010.

BLACK, Jeremy. **War and cultural turn**. Cambridge, UK: Polity Press, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal; Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008**. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6703.htm. Acesso em: 19 dez. 2022.

BRASIL. Exército. **BRABAT 1 – 12º contingente**: relatório de emprego. Haiti: Exército, 2010.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres 3ª Subchefia. Divisão de Missão de Paz. **Brasil no Haiti, um caso de sucesso**: 2004-2017. Brasília, DF: COTer, 2017. Disponível em: http://www.coter.eb.mil.br/images/sistema/menu_divmispaz/brasil_haiti/01-Brasil-no-Haiti-Um-Caso-de-Sucesso.pdf. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército. Estado-Maior do Exército. **Manual de campanha**: operações de pacificação. Brasília: EME, 2015. Disponível em: http://www.esao.eb.mil.br/images/Arquivos/CMB/publicacoes/manual_de_campanha_operacoes_de_pacificacao.pdf. Acesso em: 19 dez. 2022.

BRAGA, C. C. V. Os desafios iniciais da participação das Forças Armadas Brasileiras na MINUSTAH. *In*: HAMAMNN, E. P.; TEIXEIRA, C. A. R. (org.). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017)**: percepções, lições, práticas relevantes para futuras missões. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé; Centro Conjunto de Operações e Paz do Brasil Sérgio Vieira de Mello, 2017. p. 36-43. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-03-06-AE-MINUSTAH-PT.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2022.

BOOTH, K. The concept of strategic culture affirmed. *In*: JACOBSEN, C. G. (ed.). **Strategic power**: USA/USSR. New York: St. Martin's, 1990. p. 121-128.

DEIBERT, Michael. Fim da missão de estabilização da ONU no Haiti: o que significa para o futuro do País. **Foreign Affairs**, Congers, NY, June 21, 2017. Disponível em: https://www.foreignaffairs.com/articles/haiti/2017-06-21/end-un-stabilization-mission-haiti?check_logged_in=1&utm_medium=promo_email&utm_source=lo_flows&utm_campaign=registered_user_welcome&utm_term=email_1&utm_content=20220131. Acesso em: 31 jan. 2022.

FAGANELLO, P. L. F. **Operações de manutenção da paz da ONU**: de que forma os direitos humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz. Brasília, DF: FUNAG, 2013. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1078-operacoes-de-manutencao-de-paz.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2022.

FONTOURA, P. R. C. T. da. **O Brasil e as operações de manutenção da paz das Nações Unidas**: de que forma os direitos humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 1999.

FONTOURA, P. R. C. T. da; UZIEL, E. A MINUSTAH, o Brasil e o Conselho de Segurança das Nações Unidas. *In*: HAMANN, E. P.; TEIXEIRA, C. A. R. (org.). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017)**: percepções, lições, práticas relevantes para futuras missões. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé; Centro Conjunto de Operações e Paz do Brasil Sérgio Vieira de Mello, 2017. p. 9-15. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-03-06-AE-MINUSTAH-PT.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2022.

GRAY, C. S. **Perspectives on strategy**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

GRUZINSKI, S. A passagem do século: 1480-1520. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HERRERA FLORES, J. **A reinvenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

JOHNSTON, A. **Cultural realism**: strategic culture and grand strategy in Chinese history. Princeton: Princeton University Press, 1995.

KENKEL, K. M. Democracia, ajuda humanitária e operações de paz na política externa brasileira recente: as escolhas de uma potência emergente. *In*: LANDAU, G. D. *et al.* (org.). **O Brasil no contexto político regional**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2010. p. 24-33.

KENKEL, K. M. Interesses e identidade na participação do Brasil em Operações de Paz. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/97>. Acesso em: 20 dez. 2022.

LANTIS, J. S.; HOWLETT, D. Strategic culture. *In*: BAYLIS, J.; WIRTZ, J. J.; JOHNSON, J. L. (ed.). **Strategy in the contemporary**: an introduction to strategic studies. 2nd ed. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 82-100.

LESSA, M. A. G. **A participação dos contingentes do Exército Brasileiro na missão de estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3453/ACF12A.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

LUCENA, L. L. M. de. **O Brasil e a MINUSTAH – ou a busca de novos parâmetros para uma política externa brasileira “altiva” e “ativa” em operações de paz das Nações Unidas**. Brasília, DF: Instituto de Relações internacionais, 2013. p. 19-20.

MENDONÇA, M. V. Brasil no Haiti, um caso de sucesso: uma análise da missão brasileira no Haiti. *In*: HAMAMNN, E. P.; TEIXEIRA, C. A. R. (org.). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017)**: percepções, lições, práticas relevantes para futuras missões. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé; Centro Conjunto de Operações e Paz do Brasil Sérgio Vieira de Mello, 2017. p. 58-65. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-03-06-AE-MINUSTAH-PT.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2022.

MIRANDA, A. L. N. A pacificação de Bel Air. *In*: HAMAMNN, E. P.; TEIXEIRA, C. A. R. (org.). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017)**: percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé; Centro Conjunto de Operações e Paz do Brasil Sérgio Vieira de Mello, 2017. p. 1-121. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-03-06-AE-MINUSTAH-PT.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2022.

MORRELL, J. The governors island accord in Haiti. *In*: **INTERNATIONAL POLICY REPORT**. Washington DC, Sep. 1993. Disponível em: <http://www.haitipolicy.org/archives/Publications&Commentary/governors.htm>. Acesso em: 15 jan. 2022.

NACIONES UNIDAS. Consejo de Seguridad. **Resolución 1542 (2004)**. Nueva York: Naciones Unidas, 2004a. Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 4961ª sesión, celebrada el 30 de abril de 2004. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/520532>. Acesso em: 29 nov. 22.

NACIONES UNIDAS. Consejo de Seguridad. **Resolución 1549 (2004)**. Nueva York: Naciones Unidas, 2004b. Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 4991ª sesión, celebrada el 17 de junio de 2004. Disponível em: <https://daccess-ods.un.org/tmp/1435552.83546448.html>. Acesso em: 29 nov. 22.

NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas e o Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça**. Nova Iorque: Nações Unidas, [2009]. Disponível em: <https://unric.org/pt/wp-content/uploads/sites/9/2009/10/Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

NASSER, F. Pax Brasiliensis: projeção de poder e solidariedade na estratégia diplomática de participação brasileira em operações de paz da Organização das Nações Unidas. *In*: KENKEL, K. M.; MORAES, R. F. de. *et al.* (org.). **O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação**. Brasília, DF: IPEA, 2012, p. 213-237. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3041>. Acesso em: 20 dez. 2022.

PINHEIRO, J. S. **A atuação militar brasileira na MINUSTAH: estratégias de enfrentamento das gangues no Haiti**. 2015. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/33553105.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

RASQUINI, G. C.; D'OLIVEIRA, S. P. O empecilho gerado pelas catástrofes naturais. *In*: SOUTO, B. C. da S. *et al.* (org.). **Retrospectiva da missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti (MINUSTAH)**. São Paulo; Uruguay: Observatório Sudamericano de Defesas y Fuerzas Armadas, 2017. p. 12-13.

SÁ, J. E. de. **A decisão brasileira de participar da MINUSTAH**. 2015. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: <https://pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgri/files/2022/03/Jessica-Espindola-de-Sa.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

SCOBELL, A. **China and strategic culture**. Honolulu: University Press of the Pacific, 2004.

SEITENFUS, R. De Suez ao Haiti: a participação brasileira nas operações de paz, 2008. *In*: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **O Brasil e a ONU**. Brasília, DF: FUNAG, 2008. p. 41-58. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/477-brasil_e_a_onu.pdf. Acesso em: 20 dez. 2022.

SILVA, G. F.; PAULA, L. D. de. A missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti: uma alternativa para a sucessão de crises? *In*: SOUTO, B. C. da S. *et al.* (org.) **Retrospectiva da missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti (MINUSTAH)**. São Paulo; Uruguay: Observatório Sudamericano de Defesas y Fuerzas Armadas, 2017. p. 1-2. Disponível em: https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2018/06/m4_u18_14112017-10-17-45-1.pdf. Acesso em: 20 dez. 2022.

SNYDER, J. L. **The Soviet Strategic Culture**: implications for limited nuclear operations. Santa Monica: RAND, 1977. Disponível em <http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/reports/2005/R2154.pdf>. Acesso: em 7 nov. 2021.

UZIEL, E. **O Conselho de Segurança, as operações de manutenção da paz e a inserção do Brasil no mecanismo de segurança coletiva das Nações Unidas**. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

VIEIRA NETO, F. P. Epopeia militar brasileira no Haiti. *In*: HAMANN, E. P.; TEIXEIRA, C. A. R. (org.). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017)**: percepções, lições, práticas relevantes para futuras missões. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé; Centro Conjunto de Operações e Paz do Brasil Sérgio Vieira de Mello, 2017. p. 16-23. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-03-06-AE-MINUSTAH-PT.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2022.

